



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

TERMO DE COMPROMISSO

A UNIÃO, por intermédio da CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, doravante denominada CGU, com sede em Brasília/DF, Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A, Ed. Multibrasil, CEP 70.070-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.664.015/0001-48, neste ato representada pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques de Carvalho, nomeado por meio de Decreto sem número, publicado na seção 2 da Edição Especial do Diário Oficial da União em 1º de janeiro de 2023, e a pessoa jurídica LEONARDO AMARANTE ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.311.557/0001-92, com sede à Rua Primeiro de Março nº 23, 5º andar, Centro, CEP 20010-904, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominada COMPROMISSÁRIA, neste ato representada por seus procuradores Fábio Medina Osório, OAB/RJ nº 160.107 e Vanessa Cerqueira Reis, OAB/RJ nº 81.983, com poderes outorgados por meio do instrumento de procura datado de 15/09/2022 e constante nos autos dos Processos Administrativos nºs 21000.058934/2021-43, 21000.058930/2021-65 e 21000.058933/2021-07, instaurados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), avocados no âmbito da Investigação Preliminar Sumária (IPS) nº 00190.108537/2022-41, RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO, tendo em vista o que consta do Processo nº 00190.103769/2024-74 e em observância às disposições da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, e da Portaria Normativa CGU nº 155, de 21 de agosto de 2024, com suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA NATUREZA, OBJETO E ABRANGÊNCIA

1.1 O presente Termo de Compromisso tem natureza administrativa negocial decorrente do exercício do poder sancionador do Estado e visa fomentar a cultura de integridade no setor privado, tendo por objeto a adequada responsabilização dos atos lesivos constantes da Investigação Preliminar Sumária (IPS) nº 00190.108537/2022-41, com seu consequente encerramento em relação à Compromissária.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

2.1 Nos termos das exigências contidas na legislação aplicável, a celebração deste Termo de Compromisso importa no reconhecimento que a Compromissária preencheu os seguintes requisitos:

2.1.1 Admitiu sua responsabilidade objetiva pela prática dos atos lesivos investigados, nos termos especificados na Investigação Preliminar Sumária (IPS) nº 00190.108537/2022-41;

2.1.2 Cessou completamente seu envolvimento na prática do ato lesivo, a partir da data da propositura do Termo de Compromisso.

2.2. A celebração do presente Termo de Compromisso implica a responsabilização objetiva da pessoa jurídica compromissária nos termos da Lei nº 12.846/2013, não constituindo, por si só, confissão ou reconhecimento de responsabilidade penal, civil ou administrativa por parte de seus sócios, dirigentes, empregados ou representantes legais.

2.2.1. Após a celebração do Termo de Compromisso, a CGU dará ciência ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 9º da Portaria Normativa CGU nº 155/2024. Para cumprimento do art. 9º, da Portaria Normativa CGU nº 155/2024, eventuais informações, documentos e elementos que comprovem o ato lesivo apenas serão compartilhados com outros entes ou órgãos mediante compromisso de não utilização de tais informações, documentos e elementos contra a compromissária.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

3.1 Nos termos das exigências contidas na legislação aplicável, a Compromissária obriga-se a:

3.1.1 Perder, em favor do ente lesado ou da União, conforme o caso, os valores correspondentes ao acréscimo patrimonial indevido ou ao enriquecimento ilícito direta ou indiretamente obtido da infração, quantificado no valor de [R\$ 135.405,40, cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta centavos], conforme discriminado na Nota Técnica nº 1322/2025/CGIST-ACESSO RESTRITO/DIREP/SIPRI e atualizado pela Nota Técnica nº 1551/2025/CGIST-ACESSO RESTRITO/DIREP/SIPRI;

3.1.2 Comprovar o pagamento do valor da multa prevista no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no prazo de até trinta dias após a publicação do extrato do Termo de Compromisso pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, no valor de [R\$ 406.216,21, quatrocentos e seis mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e um centavos], conforme discriminado na Nota Técnica nº 1322/2025/CGIST-ACESSO RESTRITO/DIREP/SIPRI e atualizado pela Nota Técnica nº 1551/2025/CGIST-ACESSO RESTRITO/DIREP/SIPRI;

3.1.3. Aperfeiçoar seu programa de integridade, com o objetivo de adaptá-lo às especificidades e ao perfil de risco atual da organização, conforme as disposições previstas nos artigos 56 e 57 do Decreto nº 11.129/2022, implementando, especificamente, as recomendações de aperfeiçoamento elencadas a seguir:

3.1.3.1. Adotar medidas de remediação em relação às pessoas físicas envolvidas no ato lesivo;

3.1.3.2. Treinar terceiros sobre o conteúdo do código de conduta e políticas;

3.1.3.3. Elaborar e aplicar planejamento de treinamento;

3.1.3.4. Realizar análise de riscos que contemple expressamente riscos relacionados à corrupção e fraude e à causa raiz da irregularidade;

3.1.3.5. Reformular as políticas que tratam das interações com a administração pública, fazendo constar os controles e procedimentos pertinentes, abordando seus conteúdos em treinamentos e procedendo ao monitoramento de suas aplicações;

3.1.3.6. Reformular a política de relacionamento com parceiros e terceiros, fazendo constar controles e procedimentos específicos voltados à prevenção da corrupção e fraudes na relação com a administração pública; e

3.1.3.7. Manter o programa de integridade em constante funcionamento, aplicando e monitoramento as medidas adotadas e implementando as adaptações necessárias em decorrência de mudanças no perfil de risco, caso ocorram.

3.1.4 Atender aos pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento;

3.1.5 Não interpor recursos administrativos no âmbito do processo administrativo em que celebrado o termo de compromisso;

3.1.6 Dispensar a apresentação da peça de defesa, quando cabível; e

3.1.7 Desistir de eventuais ações judiciais, caso existentes, bem como não ajuizar novas demandas relativas ao processo administrativo ou ao termo de compromisso celebrado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS EFEITOS DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

4.1 A celebração do Termo de Compromisso implica:

4.1.1 A aplicação isolada da sanção de multa prevista na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, com a atenuação dos percentuais dos incisos do art. 23 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, nos termos do § 2º, do art. 3º, da Portaria Normativa CGU nº 155/2024, sem cumulação com a sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória; e

4.1.2 A atenuação das sanções restritivas de licitar e contratar com o poder público, quando cabível, podendo ensejar a redução do tempo ou o abrandamento da modalidade da sanção a ser aplicada, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e observada a proporcionalidade da pena.

4.1.3 O encerramento do Processo Administrativo referido na Cláusula Primeira.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO

5.1 Uma vez constatado, pela Secretaria de Integridade Privada da CGU, o descumprimento de quaisquer obrigações previstas no presente Termo de Compromisso, a pessoa jurídica será intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar manifestação.

5.2 Após análise, restando demonstrado o injustificado descumprimento do Termo de Compromisso, o Ministro de Estado declarará sua rescisão.

5.3 A rescisão do Termo de Compromisso implicará:

5.3.1 Na perda dos benefícios pactuados e no impedimento da pessoa jurídica de celebrar novo termo de compromisso pelo prazo de três anos, contado da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa;

5.3.2 No vencimento antecipado das parcelas não pagas e na execução, conforme o caso:

5.3.2.1 Do valor integral da pena de multa, sem a atenuação prevista no item 4.1.1, descontando-se as frações eventualmente já pagas; e

5.3.2.2 Dos valores integrais referentes ao dano, ao acréscimo patrimonial indevido, ao enriquecimento ilícito e a outros valores porventura pactuados no termo, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

5.3.3 No cumprimento da publicação extraordinária da decisão administrativa, nos termos do inciso II do art. 6º da Lei nº 12.846/2013, às expensas da compromissária e conforme os parâmetros previstos no Decreto nº 11.129/2022 e no Manual de Responsabilização de Entes Privados da CGU.

5.3.4 Na inclusão nos cadastros e no cumprimento integral das sanções restritivas de licitar e contratar com o Poder Público, quando cabível, sem a atenuação prevista no item 4.1.2.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE E DOS DIREITOS DA PROPONENTE

6.1 Este Termo de Compromisso torna-se válido com a assinatura das partes.

6.2 Até que o Termo de Compromisso seja assinado pelo Ministro de Estado da CGU, permanecem assegurados os direitos e proteções estabelecidos nos §§ 3º e 4º do art. 4º da Portaria Normativa CGU nº 155, de 2024.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

7.1 O presente Termo de Compromisso constitui título executivo extrajudicial, nos termos do inciso IV, do art. 784, do Código de Processo Civil c/c o inciso IV, do art. 2º, da Portaria Normativa CGU nº 155, de 2024.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A celebração do Termo de Compromisso será divulgada no momento da publicação no Diário Oficial da União do extrato do respectivo termo pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, bem como poderá ser objeto de divulgação no sítio eletrônico da CGU.

9. CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1 Todas as notificações e outras comunicações expedidas à Compromissária deverão ser enviadas para o seguinte endereço:

Fábio Medina Osório, OAB/RJ n. 160.107 e Vanessa Cerqueira Reis, OAB/RJ n. 81.983, escritório Medina Osório Advogados, inscrito no CNPJ 14.418.640/0001-20, com sede à Rua da Assembleia n.10, sala 1617, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20010-020, e-mail: [REDACTED] telefones (21) 2524-8060 ou (61) 3797-6080 ou (51) 3388-8157.

E por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Cerqueira Reis**, **Usuário Externo**, em 01/12/2025, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO MEDINA OSORIO**, **Usuário Externo**, em 01/12/2025, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS MARQUES DE CARVALHO**, **Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União**, em 23/12/2025, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador [REDACTED] e o código [REDACTED]

Referência: Processo nº 00190.103769/2024-74

SEI nº 3887380